

DESASTRE NO RIO DOCE

SAMARCO QUER VOLTAR A OPERAR AINDA NESTE ANO

Acordo com governos para recuperar Rio Doce foi assinado

✎ **RONDINELLI TOMAZELLI**
rtomazelli@redgazeta.com.br

O presidente da Samarco, Roberto Carvalho, anunciou que a empresa espera voltar ainda este ano a operar suas atividades de extração e exportação de minério de ferro. O processo para reaver a licença ambiental, suspensa desde o desastre do rompimento da barragem de rejeitos em Mariana (MG), está em análise no governo mineiro desde a semana passada, mas não há prazo para conclusão.

Em entrevista a A GAZETA ontem no Palácio do Planalto, onde participou da assinatura do acordo de recuperação do Rio Doce após a tragédia que atingiu Minas Gerais e Espírito Santo em novembro passado, o executivo afirmou que a empresa já aplicou parte dos R\$ 2 bilhões que terá de desembolsar este ano para financiar as ações de recuperação ambiental e assistência social na região atingida.

“Entramos com pedido de licenciamento ambiental no governo de Minas Gerais como primeiro passo para as conversas. Tudo vai depender das negociações, mas nossa estimativa é voltar a operar ainda no fim deste ano”, disse Carvalho. Ele estava na cerimônia acompanhado do presidente da Vale, Murilo Ferreira, e da direção da anglo-australiana BHP Billiton, controladoras da joint venture Samarco.

Na prática, o acordo elimina brigas judiciais anun-

EMPRESA BANCA

R\$ 500 milhões

É o valor disponível para obras de saneamento nos municípios atingidos.

ciadas entre a companhia e os governos federal, capixaba e mineiro. Em 15 anos, a partir deste, a Samarco terá de pagar ao menos R\$ 24 bilhões para recuperar o Rio Doce e suas nascentes, investir em saneamento, recuperar fauna e flora e indenizar a população, sobretudo pescadores, pequenos agricultores e indígenas.

ESCOMBROS

Ao lado de governadores, procuradores, prefeitos, parlamentares e ministros, a presidente Dilma Rousseff destacou a rapidez do entendimento e considerou este um novo modelo de governança, um “marco na reversão de danos às populações e ao meio ambiente”. “Sobre os escombros da tragédia, vamos construir vida nova e de qualidade. Haverá recuperação integral do ambiente e sem limites financeiros. Prescindimos da via judicial porque queríamos mais agilidade, mas sem nenhum direito desrespeitado”, disse.

Há 38 medidas de curto, médio e longo prazos assumidas como obrigação da fundação de direito privado



Estouro de barragem destruiu distrito de Bento Rodrigues, em Mariana

NOVA BARRAGEM



“Apresentamos um plano para operar uma nova barragem. Tudo dependerá das negociações, mas trabalhamos para a Samarco voltar a operar ainda este ano”

ROBERTO CARVALHO
PRESIDENTE DA SAMARCO

que será criada, daqui a quatro meses, para gerir os projetos com os recursos repassados pela Samarco. Serão R\$ 4,9 bilhões numa soma dos próximos três anos. Nos anos seguintes, o montante anual será de R\$ 1,2 bilhão, e a cada triênio as ações serão reavaliadas para adequar metas e recursos. Pelo acordo, que agora será submetido à Justiça, se a Samarco não aportar os valores, suas controladoras terão de assumi-los integralmente.

Presente na cerimônia em Brasília, o governador Paulo Hartung disse que a tarefa mais difícil ainda está por fazer e cobrou responsabilidade dos governos e da Samarco. “Andamos

pouco e vamos ter que ralar muito. Não podemos relatar. Temos que avaliar a qualidade desse compromisso daqui a um, dois, 10 anos, para termos um Rio Doce muito melhor do que estava a Bacia antes do maior acidente ambiental da história do país.”

Já o governador mineiro Fernando Pimentel identifica no termo de ajustamento de conduta uma demonstração de maturidade política. “Evitamos a segunda tragédia do Rio Doce: a disputa judicial infundável. O acordo em início quase imediato e o Ministério Público vai fiscalizar a fundação. Não é pouca coisa”.

Ministra nega relação com nova licença

✎ A ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, esclareceu em entrevista que o acordo jurídico celebrado entre os governos e a Samarco não tem relação alguma com o pleito

da mineradora para voltar a funcionar.

“O acordo não condiciona a retomada de funcionamento da Samarco, não tem nenhuma vinculação. A licença ambiental está

suspensa e a empresa está apresentando projetos.”

Ainda conforme a ministra, o governo mineiro está em discussão do assunto. “Minas tem tradição de ter o melhor siste-

ma de licenciamento ambiental do país. Toda a equipe técnica do governo mineiro está debruçada sobre os documentos enviados pela empresa”.

O procurador-geral do

governo do Espírito Santo, Rodrigo Rabello, também negou a relação entre acordo e retomada das atividades industriais: “Não há conexão, e nem poderia haver. O acordo é para recuperação ambiental e socioeconômica. Licenciamento é com o governo de Minas”.

ENTREVISTA

“VAMOS RESGATAR E REORGANIZAR TODA A ÁREA”

Roberto Carvalho
Presidente da Samarco

✎ **Na prática, quando o acordo será cumprido?**

O serviço já começou desde o primeiro dia (após o desastre). O acordo é fundamental e reafirma o compromisso que a Samarco demonstra com a compensação, recuperação e remediação dos impactos da barragem rompida.

Quanto dos R\$ 2 bilhões previstos para este ano foi aplicado?

A Samarco continuará com as ações de assistência e recuperação até a constituição da fundação de direito privado, que cuidará dos projetos e será criada daqui a 120 dias (em julho, daqui a quatro meses) e terá mais 30 dias para começar a funcionar.

A empresa pediu licença ambiental para operar. No melhor dos cenários, para quando estimam isso?

Esse foi um primeiro movimento nosso. Apresentamos o plano para operar uma nova barragem. Tudo depende das negociações, mas trabalhamos para voltar a operar ainda este ano. **Quando chegam as reparações? O que tem a dizer aos que se**

acham desassistidos?

A Samarco está nas comunidades atingidas desde o começo. Fui acompanhar o processo desde Baixo Guandu até Regência. Está previsto no acordo que vamos resgatar e reorganizar toda a área impactada.

DESASTRE NO RIO DOCE

MINISTÉRIO PÚBLICO QUER QUE JUSTIÇA BARRE ACORDO

Procurador diz que órgão vai entrar com nova ação civil pública

▲ **RONDINELLI TOMAZELLI**
rtomazelli@redgazeta.com.br

O Ministério Público Federal (MPF) pedirá à Justiça que barre o “acordo extrajudicial” firmado ontem entre União, Estados, a mineradora Samarco e suas controladoras. O procurador da República Jorge Munhós de Souza, integrante da Força-Tarefa que investiga o desastre socioambiental causado pelo rompimento da Barragem de Fundão, em Mariana, reitera, ainda, que o MPF entrará com nova ação civil pública para garantir a efetiva reparação ambiental e social.

“O acordo tem mais preocupação com repercussões negativas no patrimônio da Samarco do que com a população atingida e com o meio ambiente. Não participamos do acordo e nem vamos participar da fundação a ser criada”, critica. As partes pedirão a extinção da ação civil pública conjunta já em curso - movida pelos governos federal, capixaba e mineiro contra a Samarco. “Eles vão anexar esse acordo à ação e pedir extinção, mas



Presidente da Samarco (dir.) encontra Dilma para assinar acordo ao lado de Hartung e da ministra Izabella

o MPF se se manifestará contra”, salienta o procurador.

Conforme o Ministério do Meio Ambiente, o acordo para a recuperação da Bacia do Rio Doce envolve a reparação “integral” dos danos sociais, econômicos e ambientais da tragédia. Uma

fundação privada vai gerir cerca de R\$ 20 bilhões de recursos para as reparações e investir mais R\$ 4,1 bilhões em ações compensatórias.

O MPF, porém, contesta essa garantia mínima e diz que se afastou da mesa de negociações tão logo percebeu que “não havia possibilidade real de operar as cláusulas mais essenciais” do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC). A Força-Tarefa destaca, ainda, que a assinatura do acordo não extingue as demais ações judiciais movidas pelo órgão em

Minas e no Espírito Santo. “Apesar de alguns pontos positivos, o acordo não pode impor limites de financiamento para reparação integral do dano socioambiental e compensação. Até hoje o dano está se perpetuando, com carreamento de rejeitos, e

ANDRÉ DUSEK/ESTADÃO CONTEÚDO

a população continua sofrendo. Portanto, não há como fazer esse cálculo de limites de valores”, observa Munhós. Ele ainda afirma que o acordo não trata de indenizações individuais.

O problema, acrescenta o MPF, é que não há justificativas para fixar limites anuais de aportes. “Tem que ser de acordo com necessidades técnicas. Vamos lutar para a não homologação do acordo e vamos mover ação civil pública. A população continua afetada e meio ambiente segue degradado”, assinala o procurador.

Segundo o MPF, os Ministérios Públicos dos Estados de Minas Gerais (MPMG) e Espírito Santo (MPES) também questionam o acordo. Para a Força-Tarefa, não houve participação efetiva e consulta dos atingidos e não se observou os direitos coletivos afetados. “O acordo não garante reparação integral do dano e nem fixa mecanismos jurídicos para garantir o cumprimento das obrigações das empresas, o que o torna quase uma carta de intenções.”

COMO SERÁ A RECUPERAÇÃO

FUNDAÇÃO

Do montante total de R\$ 24 bilhões, R\$ 4,4 bilhões serão depositados pela Samarco até 2018 na conta de uma fundação privada, com controle público, a ser criada daqui a quatro meses para realizar os investimentos com 38 programas ambientais e socioeconômicos. A fundação será dirigida por conselho de sete membros, com Samarco, BHP Billiton Brasil e Vale nomeando dois representantes cada uma e autoridades brasileiras indicando um membro. Uma equipe de consultores com especialistas técnicos, reguladores e membros das comunidades locais atuará nas atividades.

RECUPERAÇÃO

O acordo prevê execução de 18 programas

socioambientais (nove reparatórios e nove compensatórios), visando a reparar os danos do pior desastre ambiental do Brasil. Os reparatórios envolvem manejo e dragagem de rejeitos, sistemas de alerta de risco para a população, consolidação de unidades de conservação com criação de Área de Proteção Ambiental da Foz do Rio Doce, tratamento de rios, recuperação da biodiversidade e construção de novos sistemas de abastecimento das cidades afetadas.

OBRIGAÇÕES

No período até a criação da fundação, a Samarco continuará executando todas as ações emergenciais de recuperação social e ambiental que estão em



Rio Doce foi devastado por lama de rejeitos

andamento. Além disso, determina-se recuperação de 47 mil hectares, sendo, no mínimo, 40 mil hectares de áreas de proteção permanente degradadas. Se a recuperação dos 40 mil hectares custar menos de R\$ 1,1 bilhão, outras ações de reflorestamento ou regeneração serão

requeridas adiante, até o valor ser atingido.

NASCENTES

Está prevista também a recuperação de cinco mil nascentes, sendo 500 por ano em dez anos. Em áreas diretamente afetadas, haverá a recuperação de 2 mil hectares, envolvendo a regularização de margens

de rios, o reflorestamento, a recuperação da biodiversidade e o controle de processos erosivos.

SANEAMENTO

Ao todo, 39 municípios e localidades afetadas na calha do Doce terão contribuição única no total de R\$ 500 milhões para implantar coleta e tratamento de esgotos, mas estes projetos terão de ser apresentados pelas prefeituras. A construção de sistemas alternativos de captação e adução de água foi determinada, visando a reduzir no mínimo em 30% a dependência direta do rio Doce. Deve haver, ainda, o controle total dos rejeitos na área de barragem de Fundão (MG) e manejo de 34 milhões de metros quadrados de rejeitos.

CONTROLE SOCIAL

A fundação privada terá um

comitê interfederativo, formado por representantes do governo federal, dos governos estaduais, de municípios atingidos pelo desastre e do Comitê da Bacia do Rio Doce. Essa instância externa e independente da fundação irá acompanhar, monitorar e fiscalizar os projetos que serão executados.

VALORES

Do total, R\$ 2 bilhões serão alocados em 2016 - menos o total já gasto para as ações de reparação e compensação -, R\$ 1,2 bilhão em 2017 e R\$ 1,2 bilhão em 2018. A destinação dessa verba cabe ao Conselho Consultivo (Comitê da Bacia, comunidades e instituições de ensino), que faz propostas de solução dos danos e cria canais de participação da sociedade.

GUILHERME FERRARI - 18/11/2015

DESASTRE NO RIO DOCE

MOSAICO IMAGEM - 09/11/2015



Lama comprometeu qualidade da água e deixou rastro de destruição nos municípios aonde chegou pelo Rio Doce, chocando a população, como em Baixo Guandu

PREFEITURAS APROVAM ACORDO COM RESSALVAS

Administrações de municípios afetados divergem sobre valores

AMABILY CALIMAN
RONDINELLI TOMAZELLI

O prefeito de Colatina, Leonardo Deptulski (PT), declarou apoio ao acordo celebrado pela Samarco com o poder público. Único prefeito a integrar a mesa da cerimônia no Planalto, como presidente do comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Doce, o petista afirmou que já há ações da mineradora em andamento na cidade.

“Temos dois sistemas de captação de água alternativos e a empresa seguirá com ações sem esperar a fundação ser criada. Esperamos que o plano seja a melhor resposta para os danos e parabéns essa construção. O acordo é uma grande responsabilidade para os governos e a empresa, e exigirá governança das três esferas: federal, estadual e municipal”, pontuou.

A lama de rejeitos da Samarco deixou um rastro de destruição à biodiversidade do Rio Doce, além de ter transformado a rotina da população que vive ao longo do

VITOR JUBINI - 08/10/2015



“O valor é ínfimo diante de tamanha destruição. A necessidade é urgente. Afinal, estamos tratando de vidas”

NETO BARROS
PREFEITO DE
BAIXO GUANDU

seu curso, em Baixo Guandu, Colatina e em Linhares.

Para o prefeito de Baixo Guandu, região Noroeste, Neto Barros (PCdoB), o valor firmado entre a Samarco e os Governos é muito menor que os gastos para recuperação do Rio Doce.

“A gente vê esse acordo com bons olhos, mas o valor é ínfimo diante de tamanha destruição. Só para parte de tratamento de água e esgotamento, incluindo captação e de-

volução da água ao ambiente tratado, precisaríamos de uns R\$ 30 milhões. O desequilíbrio ecológico é muito grande. Acredito que, talvez, em dez anos, com uns R\$ 100 bilhões consigam recuperar o Rio Doce”, frisou.

O secretário Municipal de Desenvolvimento e Meio Ambiente de Linhares, Norte do Estado, Rodrigo Paneto, disse que para o município seriam necessários investir R\$ 70 milhões para recu-

perações emergenciais.

“Temos que fazer urgente o segundo ponto de captação na Lagoa Nova; precisamos de estudos conclusivos que mostrem o que tem na água do Rio Doce; é preciso que feche com urgência o vazamento de lama em Mariana, porque enquanto não fechar não temos condições de fazer projetos de recuperação; fora problemas de Regência. Esse acordo já é um passo, agora é torcer para que seja bem gerido e que o dinheiro não se perca na burocracia”, disse o secretário.

Já o presidente da Colônia de pescadores de Linhares, Milton Jorge, destacou a importância de incluir os profissionais da pesca na recuperação do Rio Doce.

“Acho que o poder público deveria ouvir os pescadores. São eles que trabalham com a água. Tinha que investir nos pescadores para refluir as margens do rio. Acho que até podem conseguir recuperar, mas tem que querer fazer, e o povo está desacreditado”, opinou.

A TRAGÉDIA

BARRAGEM ROMPE

▼ Mortes

No dia 5 de novembro de 2015, o rompimento da barragem de Fundão, que pertence à mineradora Samarco, cujas donas são a Vale e a BHP Billiton, despejou 50 milhões de metros cúbicos de lama de rejeitos e varreu o distrito de Bento Rodrigues inteiro, chegou a outra cidade a 58 km de distância, Barra Longa, matou pelo menos 17 pessoas - dois corpos ainda não foram localizados -, e deixou centenas de famílias desabrigadas.

ESPÍRITO SANTO

▼ Lama atinge ES

A lama atravessou o Rio Doce no Espírito Santo, deixou 11 toneladas de peixes mortos e desembocou no mar, em Regência, mudando radicalmente a paisagem no local e interditando praias da região.

▼ Colatina sem água

Em Colatina, onde a captação de água é

realizada apenas pelo Doce, os prejuízos foram ainda maiores. A Samarco parou de distribuir água potável e os moradores buscam o recurso em nascentes. A revolta da população com as dificuldades de abastecimento de água, resultou em uma avalanche de ações na Justiça local.

INDICIAMENTOS

▼ Investigação policial

De acordo com a polícia, a causa do rompimento da barragem foi acúmulo de água. A explicação é que houve elevada saturação de rejeitos arenosos depositados em Fundão, falhas no monitoramento, equipamentos com defeito, número reduzido de equipamentos de monitoramento, assoreamento do dique 02 e deficiência junto ao sistema de drenagem. Sete pessoas da empresa, incluindo o presidente licenciado, Ricardo Vescovi, foram indiciadas por homicídio qualificado.